

PREGÃO ELETRÔNICO

Corregedoria PM -PR-184/0017/26

CONTRATANTE (UASG)

180184 – Corregedoria da Polícia Militar

OBJETO

***AQUISIÇÃO UNIDADE DE
ARMANEZAMENTO TIPO HD PARA
CORREGEDORIA PM.***

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

***R\$ 233.216,00(duzentos e trinta e três mil
duzentos e dezesseis reais)***

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia ***24/06/2026 às 09h*** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº CorregPM-184/0017/26**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	180184-ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR	ELAINE CRISTINA DOS SANTOS TEIXEIRA	02/06/2026 14:10 (v 0.5)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		057.00265968/2026-53

PREÂMBULO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº CorregPM-184/0017/26****Processo Administrativo SEI nº057.00265968/2026-53****Código Único nº 20260426090.**

Versão atualizada em: 08/04/20206

Torna-se público que a CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR, por meio da Seção de Despesas Orçamentos e Custos, sediada na Rua Alfredo Maia nº 58 - Luz - São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE UNIDADE DE ARMANEZAMENTO (HDs) PARA SERVIDORES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em 02 (dois) itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.2. Para o item 01 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. Para os 02 (dois) itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. a vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do empenho.

6. DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

6.8.1. Item 1 - R\$ 40,00 (quarenta reais);

6.8.2. Item 2 - R\$ 15,00 (quinze reais);

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz .
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação

na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico e poderão ser solicitados pelo endereço **correguge@policiamilitar.sp.gov.br**

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, RESOLUÇÃO SSPSP-05/2026, e aplicada após regular processo administrativo .

12.4.1 A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de Nota de Empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor

comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja (m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (XX) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.3. ANEXO III – Minuta de Nota de empenho

14.15.4. ANEXO IV - Modelo referente a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo de Declaração para Habilitação;

14.15.6. ANEXO VI – Cópia da Resolução SSP-05/2026 (item 12.4)

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELAINE CRISTINA DOS SANTOS TEIXEIRA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 11:42:00.

MOISES EMIDIO DOS SANTOS

Subscritor



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 11:52:45.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia _000038_2026.pdf (133.59 KB)
- Anexo II - Estudo Tecnico Preliminar_000031_2026.pdf (149.25 KB)
- Anexo III - MINUTA DE NOTA DE EMPENHO.pdf (305.65 KB)
- Anexo IV - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO HD .pdf (243.23 KB)
- Anexo V - MODELO DE DECLARACAO_HABILITACAO .pdf (328.93 KB)
- Anexo VI - Copia Resolucao SSP_05_2026.pdf (1.09 MB)

TERMO DE REFERÊNCIA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR

Termo de Referência 38/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2026	180184-ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR	RAFAEL DE SOUZA JUVENCIO	31/03/2026 15:27 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00134703/2026-12

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Métrica ou de Medida	Unidade	CÓD. PMC- TIC	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Subcategoria: Unidade de Estado Sólido SSD SAS SFFGeração: N85XXNúmero da Peça: Read-Intensive Melhor Uso: 3.84 TBCapacidade: SAS Interface: Interno Tipo de Encaixe: 2,5 polegadas x Dimensões do Drive:1/3H (SFF)	473352	Unidade			24	R \$ 8.606,50	R \$ 206.556,00
	Taxa de Transferência de Dados 12G = 12Gb/s Externa: Sim Hot Swap: Sim Garantia Pré-Falha: Sim Hot-Swap-Incluída/Afixada Bandeja							
	Geral							
	Tipo de dispositivo: Disco rígido - hot-swap Capacidade: 1.2TBFator de forma: 2.5" Interface: SAS Recursos Formato avançado							

2	512nDesempenho: Velocidade de transferência de drive 12GBps (externo) Velocidade de Rotação: 10000 rpm Expansão & Conectividade: Interfaces 1 x SAS 12 Gb/s Porta compatível: 2.5" Ou 3,5" (com adaptador de porta incluído)	473612	Unidade	8	R \$ 3.332,50	R \$ 26.660,00
---	--	--------	---------	---	------------------	-------------------

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação, Subcontratação.

1.7. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da aquisição e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) possui como demanda prioritária a modernização e a otimização do desempenho de sua infraestrutura de Tecnologia da Informação, com o objetivo de garantir maior eficiência, confiabilidade e continuidade na execução das atividades administrativas, correccionais e operacionais. Nesse contexto, torna-se necessária a aquisição de **unidades de armazenamento padrão SAS 2,5"**, contemplando **discos rígidos (HDD) de 1,2 TB e unidades de estado sólido (SSD) de 3,84 TB**, compatíveis com a infraestrutura de servidores existente, visando à ampliação da capacidade de armazenamento e ao aumento do desempenho dos sistemas institucionais.

2.3. A crescente demanda por processamento e armazenamento de dados, a utilização simultânea de sistemas corporativos e a necessidade de acesso rápido, seguro e contínuo às informações institucionais exigem infraestrutura de armazenamento com maior capacidade e desempenho. A ampliação do armazenamento, especialmente com a utilização de **SSDs para cargas críticas**, proporcionará ganhos significativos de desempenho, disponibilidade e confiabilidade dos sistemas utilizados nas atividades de controle, fiscalização e apuração disciplinar no âmbito da PMESP.

2.4. A presente contratação visa atender às necessidades operacionais das unidades da Corregedoria, assegurando a modernização e a padronização da infraestrutura de armazenamento dos servidores. A aquisição das unidades previstas permitirá a melhoria do desempenho dos sistemas institucionais, ampliação da capacidade de retenção de dados, maior disponibilidade dos serviços e prolongamento da vida útil da infraestrutura existente, evitando a necessidade de substituições prematuras.

2.5. A solução proposta considera o interesse público na continuidade e na qualidade dos serviços correccionais prestados, tendo em vista que a infraestrutura de TIC constitui elemento essencial para garantir regularidade,

eficiência e segurança no tratamento das informações institucionais. Dessa forma, a contratação contribui diretamente para o fortalecimento da integridade institucional, para a melhoria da prestação do serviço público e para a evolução tecnológica do ambiente de servidores da Corregedoria.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A presente aquisição fundamenta-se na necessidade de modernização e aprimoramento do desempenho da infraestrutura de Tecnologia da Informação da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), diante do cenário de limitação de capacidade e desempenho do armazenamento atualmente utilizado, bem como da crescente demanda por maior disponibilidade, segurança e rapidez no acesso aos dados institucionais.

3.3. As limitações de capacidade e desempenho das unidades de armazenamento impactam diretamente a eficiência das atividades desempenhadas pelas equipes técnicas e administrativas, especialmente no que se refere ao acesso simultâneo a sistemas corporativos, manipulação de grandes volumes de dados e execução de aplicações críticas. Nesse contexto, a aquisição de **unidades de armazenamento padrão SAS 2,5"**, contemplando **HDDs de 1,2 TB e SSDs de 3,84 TB**, compatíveis com a infraestrutura de servidores existente, visa ampliar a capacidade de armazenamento e elevar significativamente o desempenho das operações de leitura e escrita, proporcionando maior rapidez, estabilidade e confiabilidade aos sistemas institucionais.

3.4. A ampliação da capacidade de armazenamento dos servidores institucionais proporcionará melhor aproveitamento dos recursos computacionais existentes, aumento da vida útil dos equipamentos e melhoria da performance geral dos sistemas, reduzindo gargalos operacionais e a necessidade de substituições prematuras de infraestrutura, contribuindo para a economicidade e eficiência administrativa.

3.5. Dessa forma, a atualização da infraestrutura de armazenamento mostra-se indispensável para garantir a continuidade, eficiência e segurança das atividades desempenhadas pela Corregedoria da PMESP, alinhando-se às diretrizes institucionais de modernização, economicidade e aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.1.1. Na presente aquisição, será admitida a indicação de marcas, características ou modelos específicos, conforme as justificativas técnicas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar, visando garantir a compatibilidade com a infraestrutura de servidores existente, a padronização dos componentes de armazenamento e a eficiência na manutenção e operação dos sistemas da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

4.1.2. Os requisitos mínimos para os itens a serem adquiridos incluem:

4.1.2.1. Unidades de armazenamento originais de fábrica, novas, sem uso anterior e com lacres intactos;

4.1.2.2. Compatibilidade comprovada com os servidores, controladoras e infraestrutura tecnológica atualmente utilizados pela Corregedoria da PMESP, especialmente quanto ao padrão **SAS 2,5"**;

4.1.2.3. Fornecimento de unidades contemplando:

- **HDDs com capacidade mínima de 1,2 TB**, adequados para armazenamento de dados com melhor relação custo por capacidade;
- **SSDs com capacidade mínima de 3,84 TB**, destinados a aplicações críticas que demandam alto desempenho de leitura e escrita;

4.1.2.4. Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos, com atendimento técnico preferencialmente on-site;

4.1.2.5. Entrega dos equipamentos na sede da CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da nota de empenho;

4.1.2.6. Disponibilização de suporte técnico em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), durante todo o período de garantia, incluindo substituição de unidades defeituosas e resolução de falhas críticas.

4.2. Garantia da contratação:

4.2.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, conforme disposto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONTRATANTE – Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP):

5.1.1. Definir os requisitos técnicos e operacionais das unidades de armazenamento a serem adquiridas, conforme as necessidades institucionais;

5.1.2. Acompanhar e fiscalizar o processo de entrega, instalação e configuração das unidades nos servidores;

5.1.3. Validar os produtos entregues, verificando sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora;

5.1.4. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos bens;

5.1.5. Gerir e fiscalizar a execução contratual, adotando as providências cabíveis em caso de descumprimento por parte do fornecedor.

5.2. FORNECEDOR:

5.2.1. Fornecer as unidades de armazenamento rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, marcas e modelos definidos na contratação;

5.2.2. Assegurar que todos os produtos entregues sejam novos, originais de fábrica e estejam em perfeitas condições de funcionamento;

5.2.3. Realizar a entrega dos bens no prazo estabelecido, na sede da CONTRATANTE, acompanhados das respectivas notas fiscais e termos de garantia;

5.2.4. Prestar suporte técnico durante todo o período de garantia, em regime 24x7, incluindo substituição de unidades defeituosas e resolução de falhas críticas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias formalizadas por meio de apostilamento.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se, para tanto, o uso de meios eletrônicos oficiais.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de forma imediata, especialmente em situações que envolvam falhas em unidades de armazenamento críticas ou indisponibilidade de serviços.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial, com a finalidade de apresentação do plano de fiscalização, incluindo informações sobre as obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, estratégias de entrega e instalação das unidades de armazenamento, critérios de aceitação, método de aferição de resultados e eventuais sanções aplicáveis.

FISCALIZAÇÃO

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual, assegurando que as unidades de armazenamento fornecidas atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas, especialmente quanto à compatibilidade com os servidores, desempenho esperado e condições de funcionamento.

6.7.1. O fiscal técnico registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo eventuais falhas, incompatibilidades ou defeitos nas unidades fornecidas, indicando as providências necessárias para sua regularização.

6.7.2. O fiscal técnico realizará a verificação e validação das entregas, incluindo testes de funcionamento, conferência de capacidade, desempenho e integração com a infraestrutura existente, aprovando o recebimento conforme cronograma estabelecido.

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto em caso de risco à integridade da infraestrutura de TI ou à continuidade dos serviços.

6.7.4. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisões ou providências que ultrapassem sua competência.

6.7.5. Em caso de ocorrências que possam comprometer o funcionamento dos servidores ou a disponibilidade dos sistemas institucionais, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

7. CRITERIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

7.1. As unidades de armazenamento serão recebidas provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. As unidades poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, especialmente quanto à capacidade, desempenho, compatibilidade com servidores ou condições de funcionamento, devendo ser substituídas no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade, funcionamento e compatibilidade das unidades com a infraestrutura de servidores, mediante emissão de termo detalhado de aceitação.

7.4. Nos casos de contratação cujo valor não ultrapasse o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de testes adicionais, validação de desempenho ou diligências para verificação do atendimento às exigências contratuais.

7.6. Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à capacidade, desempenho ou compatibilidade das unidades, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, quanto à parcela incontroversa.

7.7. O prazo para saneamento, pelo Contratado, de inconsistências identificadas na execução do objeto ou na documentação apresentada não será computado para fins de recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e funcionamento das unidades fornecidas, nem a responsabilidade técnico-profissional pela execução contratual.

LIQUIDAÇÃO

7.9. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, terá início o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período mediante justificativa.

7.9.1. O prazo será reduzido à metade nos casos de contratação enquadrada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, deverá ser verificado se a nota fiscal contém todos os elementos necessários, incluindo:

7.10.1. Data de emissão;

7.10.2. Dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.3. Descrição detalhada dos itens fornecidos (HDD e SSD);

7.10.4. Quantidade e valores;

7.10.5. Valor total a pagar;

7.10.6. Indicação de eventuais retenções tributárias.

7.11. Havendo erro na nota fiscal ou impedimento para liquidação, o processo ficará suspenso até a regularização, sem ônus para o Contratante.

7.12. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal do Contratado, por meio de consulta ao SICAF ou outros meios oficiais.

7.13. A Administração verificará a manutenção das condições de habilitação e eventuais impedimentos legais à contratação.

7.14. Constatada irregularidade, o Contratado será notificado para regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período.

7.15. Não havendo regularização, serão adotadas as medidas legais cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes.

7.16. Persistindo a irregularidade, poderá ser iniciada a extinção contratual, assegurada a ampla defesa.

7.17. Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão prosseguir até eventual decisão administrativa em contrário.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, desde que concluída a liquidação da despesa.

7.19. Em caso de atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente, com incidência de juros moratórios conforme legislação vigente.

FORMA DE PAGAMENTO

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente de titularidade do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para pagamento a inexistência de pendências no CADIN Estadual, ou comprovação de sua regularização.

7.21. Será considerada como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

7.22. Poderão ser realizadas retenções tributárias conforme a legislação vigente, independentemente de indicação na nota fiscal.

7.22.1. As retenções observarão os percentuais legais aplicáveis no momento do pagamento.

7.23. O Contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove tal condição por meio de documentação oficial.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNEC.

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

8.2. FORMA DE FORNECIMENTO

8.2.1. O fornecimento do objeto ocorrerá com **entrega e instalação imediata**, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos previstos nos itens subsequentes deste item 8, conforme sua natureza jurídica.

8.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de habilitação jurídica, serão exigidos os seguintes documentos:

8.4.1. Pessoa física:

a) Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para identificação em todo o território nacional.

8.4.2. Empresário individual:

a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.4.3. Sociedade empresária:

a) Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da

- Junta Comercial da respectiva sede;
b) Documento comprobatório de seus administradores.

8.4.4. Sociedade empresária estrangeira:

- a) Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União;
b) Arquivamento na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, considerada como sua sede, conforme a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.4.5. Sociedade simples:

- a) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede;
b) Documento comprobatório de seus administradores.

8.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:

- a) Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro Público de Empresas Mercantis);
b) Averbação no registro onde tem sede a matriz.

8.4.7. Sociedade cooperativa:

- a) Ata de fundação e estatuto social, com ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial;
b) Estatuto adequado à Lei nº 12.690, de 2012;
c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores;
d) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, conforme art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

8.12. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

8.12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

8.12.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

8.12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.12.6. Prova de regularidade com:

- a) a Fazenda Estadual/Distrital, quanto ao ICMS;
b) a Fazenda Municipal/Distrital, quanto ao ISSQN;
relativas ao domicílio ou sede do fornecedor.

8.12.7. Caso o fornecedor seja isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

8.13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.13.1. Certidão negativa de insolvência civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, no caso de pessoa física ou sociedade simples.

8.13.2. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, no caso de empresário individual ou sociedade empresária.

8.13.3. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando:

- Liquidez Geral (LG) > 1
- Liquidez Corrente (LC) > 1
- Solvência Geral (SG) > 1

8.13.4. Empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

8.13.5. Para empresas com menos de 2 (dois) anos de constituição, os documentos limitar-se-ão ao último exercício.

8.13.6. Os documentos deverão observar os limites definidos pela Receita Federal para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED, quando aplicável.

8.13.7. O atendimento dos índices econômicos deverá ser comprovado por declaração assinada por profissional contábil habilitado.

8.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.14.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

8.14.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão ao requisito mediante solicitação de registro junto à entidade competente no Brasil, no momento da assinatura do contrato.

8.14.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.14.4. Os atestados deverão comprovar, no mínimo:

- a) Disponibilidade de profissionais capacitados para instalação dos equipamentos;
- b) Relação nominal dos profissionais que atuarão na execução.

8.14.5. Será admitido o somatório de atestados para comprovação de quantitativos mínimos.

8.14.6. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial.

8.14.7. A Administração poderá solicitar documentos complementares para verificação da veracidade dos atestados.

8.15. OUTRAS COMPROVAÇÕES (COOPERATIVAS)

8.15.1. Relação dos cooperados que executarão o contrato, com respectivas atas de inscrição.

8.15.2. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI).

8.15.3. Regimento dos fundos da cooperativa, com ata de aprovação.

8.15.4. Edital de convocação, ata da última assembleia e registro de presença.

8.15.5. Ata que autoriza a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.15.6. Última auditoria contábil-financeira ou declaração de dispensa.

8.15.7. Documentação que comprove atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado total da contratação é de R\$ 233.216,00 (duzentos e trinta e três mil duzentos e dezesseis reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação: I) Gestão/unidade: [...]; II) Fonte de recursos: [...]; III) Programa de trabalho: [...]; IV) Elemento de despesa: [...]; V) Plano interno: [...].

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO RANGEL SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 15:27:10.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

ESP-CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR

Estudo Técnico Preliminar 31/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00134703/2026-12

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo a aquisição de **unidades de armazenamento padrão SAS 2,5" (HDD de 1,2 TB e SSD de 3,84 TB)** para **expansão da capacidade de armazenamento e melhoria do desempenho dos servidores** atualmente em uso na Corregedoria da Polícia Militar, visando ao adequado atendimento das demandas institucionais e das atividades rotineiras desta Casa Censora.

2.2. A necessidade identificada está diretamente relacionada ao aumento do volume de dados processados e armazenados, decorrente da utilização de sistemas corporativos, especialmente o Sistema Correcional, além de aplicações administrativas, ferramentas de segurança da informação, ambientes virtualizados e serviços de rede. A atual infraestrutura de armazenamento mostra-se limitada, ocasionando lentidão no acesso às informações, degradação de desempenho e riscos à disponibilidade dos sistemas.

2.3. A ampliação da capacidade de armazenamento por meio da aquisição de **HDDs SAS de 1,2 TB e SSDs SAS de 3,84 TB** apresenta-se como solução tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, uma vez que permite o aproveitamento da infraestrutura de servidores existente, com ganhos expressivos de desempenho e capacidade, postergando a necessidade de substituição integral dos equipamentos, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência da administração pública.

2.4. A aquisição pretendida encontra-se em consonância com as competências deste órgão provedor descentralizado, conforme disposto no artigo 13 da I-23-PM, que atribui à unidade a responsabilidade de prever, adquirir e distribuir os materiais necessários ao pleno funcionamento de sua OPM e das unidades subordinadas, quando não sujeitos à aquisição centralizada.

2.5. A modernização pontual da infraestrutura tecnológica, por meio da ampliação do armazenamento em servidores, permitirá maior estabilidade dos sistemas, melhor desempenho no processamento e acesso aos dados, bem como maior confiabilidade no armazenamento e gerenciamento de informações sensíveis relacionadas aos processos e procedimentos conduzidos por esta Corregedoria.

2.6. Em termos práticos, a ampliação do armazenamento visa proporcionar maior eficiência operacional, assegurando maior rapidez no acesso às informações, melhor desempenho em aplicações críticas, bancos de dados e ambientes virtualizados, além de contribuir para a continuidade e qualidade dos serviços prestados ao Alto Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2.7. Ressalta-se que a infraestrutura atualmente em uso, embora ainda operacional, apresenta limitações quanto à capacidade e ao desempenho, sobretudo em razão do aumento das demandas por armazenamento e processamento de dados. A expansão proposta configura-se, portanto, como medida necessária para mitigar os efeitos da obsolescência tecnológica e garantir a evolução do ambiente computacional.

2.8. Dessa forma, a ampliação da capacidade de armazenamento em servidores mostra-se essencial para assegurar a continuidade dos serviços, atender à crescente demanda de dados da Corregedoria da Polícia Militar e garantir níveis adequados de desempenho, disponibilidade e segurança da informação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Inovação e Tecnologia	Pedro Rangel Silva

4. Necessidades de Negócio

4.1. A aquisição de **unidades de armazenamento padrão SAS 2,5"** destina-se à expansão da capacidade de armazenamento dos **servidores utilizados nas atividades institucionais**, especialmente aqueles empregados na execução de sistemas corporativos, bancos de dados, virtualização e suporte às rotinas administrativas e correcionais.

4.2. A ampliação do armazenamento tem como finalidade principal **aumentar a capacidade de retenção e acesso a dados**, melhorar o desempenho geral na execução de aplicações críticas e proporcionar maior estabilidade aos serviços disponibilizados. Tal medida contribui diretamente para a redução de lentidão, falhas de acesso a dados e indisponibilidade de sistemas.

4.3. A adoção de **HDDs SAS de 1,2 TB**, voltados ao armazenamento com melhor relação custo-benefício, e de **SSDs SAS de 3,84 TB**, voltados a aplicações de alto desempenho, possibilita melhor aproveitamento da infraestrutura existente, promovendo equilíbrio entre capacidade e performance, além de prolongar a vida útil dos servidores, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos.

4.4. A iniciativa contribui para a modernização pontual da infraestrutura tecnológica da seção, eliminando gargalos de armazenamento, prevenindo falhas operacionais decorrentes da limitação de capacidade e desempenho e promovendo um ambiente computacional mais seguro, estável e eficiente.

4.5. Dessa forma, a aquisição das unidades de armazenamento mostra-se essencial para garantir a continuidade dos serviços, a integridade e a segurança da informação, bem como a aderência às boas práticas de governança de Tecnologia da Informação.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A aquisição de **HDDs e SSDs padrão SAS 2,5"** é essencial para assegurar a continuidade, a estabilidade e o desempenho das operações em ambiente de servidores. A expansão do armazenamento permitirá melhor resposta dos sistemas utilizados, especialmente em aplicações que demandam alto volume de leitura e escrita de dados, como bancos de dados, sistemas corporativos e ambientes virtualizados.

5.2. A ampliação da capacidade e do desempenho do armazenamento impactará diretamente a infraestrutura tecnológica, promovendo maior fluidez na execução das tarefas, redução de gargalos de I/O (entrada e saída) e aumento da confiabilidade dos serviços. Tal medida contribui para minimizar falhas operacionais decorrentes de limitações de hardware e para garantir a disponibilidade contínua dos serviços essenciais.

5.3. A modernização da infraestrutura por meio da incorporação de **SSDs SAS de alto desempenho (3,84 TB)**, aliados a **HDDs SAS de 1,2 TB para armazenamento complementar**, cria um ambiente tecnológico mais robusto, eficiente e preparado para atender às demandas atuais e futuras. As aquisições propostas estão alinhadas às boas práticas de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), promovendo melhor desempenho, segurança da informação e continuidade operacional.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Compatibilidade e Integração

A solução de TIC proposta deve ser plenamente compatível com a infraestrutura de servidores existente, garantindo integração imediata com os equipamentos atualmente em operação, bem como com controladoras de armazenamento e sistemas utilizados na seção.

6.2. Segurança da Informação

A ampliação da capacidade e do desempenho do armazenamento contribui diretamente para a segurança da informação, ao proporcionar maior confiabilidade no registro, acesso e recuperação de dados, reduzir falhas decorrentes de gargalos de I/O e minimizar riscos de corrupção de dados em aplicações críticas. A utilização de dispositivos **SAS**, reconhecidos por seus mecanismos avançados de detecção e correção de erros, reforça a integridade e a disponibilidade das informações. A solução deve respeitar as políticas de segurança da informação vigentes, garantindo a integridade, a disponibilidade e a confiabilidade dos dados armazenados e processados.

6.3. Suporte Técnico e Manutenção

As unidades de armazenamento a serem adquiridas (**HDDs de 1,2 TB e SSDs de 3,84 TB**) devem possuir garantia do fabricante e contar com suporte técnico adequado, prevendo substituição em caso de falha e atendimento em prazos compatíveis com a criticidade do ambiente de servidores. Tal requisito assegura que eventuais falhas de hardware sejam tratadas com celeridade, reduzindo impactos à disponibilidade dos sistemas e à continuidade dos serviços institucionais.

6.4. Escalabilidade e Flexibilidade

A solução proposta deve permitir expansão futura da capacidade de armazenamento, possibilitando a adição de novas unidades ou a substituição por dispositivos de maior capacidade e desempenho, conforme a evolução das demandas tecnológicas. A utilização de unidades padrão **SAS 2,5"** assegura flexibilidade e compatibilidade com a infraestrutura existente, permitindo a adaptação do ambiente sem necessidade de substituição integral dos servidores.

6.5. Custo-Benefício e Sustentabilidade

A escolha da solução considerou critérios de desempenho, durabilidade, eficiência energética e facilidade de manutenção. A combinação de **HDDs de 1,2 TB**, para armazenamento com melhor custo por capacidade, e **SSDs de 3,84 TB**, para aplicações críticas de alto desempenho, proporciona equilíbrio entre investimento e eficiência operacional. Ademais, os SSDs apresentam menor consumo energético e maior vida útil, contribuindo para práticas sustentáveis e redução de custos operacionais ao longo do tempo.

6.6. Integração Estratégica da Solução

A proposta contempla a aquisição de unidades de armazenamento plenamente compatíveis com a infraestrutura de servidores existente, constituindo uma solução estratégica para atendimento das demandas atuais e futuras da seção. A escolha dos dispositivos foi realizada de forma criteriosa, buscando o equilíbrio entre desempenho, capacidade, segurança, sustentabilidade e economicidade, com vistas à consolidação de um ambiente de TIC moderno, resiliente, escalável e adequado às necessidades institucionais.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Subcategoria: Unidade de Estado Sólido Geração: SSD SAS SFF Número da Peça: N85XX Melhor Uso: Read-Intensive Capacidade: 3.84TB Interface: SAS Tipo de Encaixe: Interno Dimensões do Drive: 2,5 polegadas x 1/3H (SFF)	473352	Unidade	24	R\$ 8.606,50	R\$ 206.556,00

	Taxa de Transferência de Dados Externa: 12G = 12Gb/s Hot Swap: Sim Garantia Pré-Falha: Sim Bandeja Hot-Swap: Incluída/Afixada					
2	Geral Tipo de dispositivo: Disco rígido - hot-swap Capacidade: 1.2TB Fator de forma: 2.5" Interface: SAS Recursos Formato avançado 512n Desempenho: Velocidade de transferência de drive 12GBps (externo) Velocidade de Rotação: 10000 rpm Expansão & Conectividade: Interfaces 1 x SAS 12 Gb/s Porta compatível: 2.5" Ou 3,5" (com adaptador de porta incluído)	473612	Unidade	8	R\$ 3.332,50	R\$ 26.660,00

8. Levantamento de soluções

8.1. Identificação das Necessidades

O levantamento de soluções teve início com a identificação detalhada das necessidades tecnológicas da seção, com foco na **expansão da capacidade de armazenamento e melhoria do desempenho dos servidores** utilizados nas atividades institucionais. A ampliação do armazenamento, por meio da adoção de **HDDs SAS de 1,2 TB** e **SSDs SAS de 3,84 TB**, foi identificada como a alternativa mais adequada para eliminar gargalos de I/O, aumentar a disponibilidade dos sistemas e garantir maior eficiência na execução das rotinas administrativas e correcionais.

8.2. Pesquisa de Mercado

Foi realizada pesquisa de mercado para identificação de **unidades de armazenamento padrão SAS 2,5"** compatíveis com a infraestrutura existente, capazes de atender aos requisitos técnicos estabelecidos, tais como capacidade, desempenho (IOPS), interface (ex.: SAS 12 Gb/s), confiabilidade e compatibilidade com controladoras e servidores em uso. A pesquisa contemplou produtos disponíveis no mercado nacional, observando-se a oferta de soluções equivalentes ou superiores, tanto para **HDDs corporativos de 1,2 TB** quanto para **SSDs corporativos de 3,84 TB**.

8.3. Avaliação de Propostas

As propostas apresentadas pelos fornecedores foram avaliadas com base em critérios técnicos e operacionais, incluindo compatibilidade com a infraestrutura de servidores existente, confiabilidade dos dispositivos, garantia, suporte técnico e relação custo-benefício. Foram priorizadas soluções que assegurassem fácil integração ao ambiente atual, suporte a operação contínua (24x7), maior desempenho em leitura e escrita de dados e adequado suporte pós-venda.

8.4. Análise de Custo-Benefício

A análise de custo-benefício considerou não apenas o valor unitário das unidades de armazenamento, mas também aspectos como durabilidade, desempenho, eficiência energética e possibilidade de expansão futura. A combinação de

HDDs de 1,2 TB, voltados ao armazenamento com melhor custo por capacidade, e **SSDs de 3,84 TB**, destinados a aplicações críticas de alto desempenho, mostrou-se a solução mais equilibrada. Tal abordagem proporciona ganhos significativos de desempenho e confiabilidade, ao mesmo tempo em que otimiza os recursos financeiros e assegura aderência às demandas atuais e futuras da seção.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Introdução

Para a realização de uma análise comparativa objetiva e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e eficácia, foram estabelecidos critérios de avaliação que abrangem aspectos técnicos, operacionais, financeiros e estratégicos. A seguir, descrevem-se as soluções analisadas no contexto da **expansão da capacidade e do desempenho de armazenamento dos servidores**, com vistas ao aprimoramento da infraestrutura de Tecnologia da Informação da instituição.

Foram consideradas soluções baseadas na utilização de **HDDs SAS de 1,2 TB** e **SSDs SAS de 3,84 TB**, organizadas em quatro dimensões principais.

9.2. Aspectos Técnicos

Compatibilidade com os sistemas atuais:

As unidades de armazenamento analisadas são compatíveis com a infraestrutura de servidores existente, incluindo controladoras RAID, backplanes e sistemas operacionais utilizados (como ambientes Windows Server e distribuições Linux), permitindo integração imediata ao ambiente atual.

Escalabilidade futura:

A solução adotada permite expansão futura da capacidade de armazenamento, seja por meio da adição de novas unidades, seja pela substituição por dispositivos de maior capacidade, garantindo flexibilidade e adaptação ao crescimento das demandas de dados.

Conformidade com padrões de segurança da informação:

A utilização de dispositivos SAS, aliados a arranjos redundantes (RAID), contribui para maior integridade, disponibilidade e confiabilidade dos dados armazenados. A solução reduz riscos de perda de dados e falhas operacionais, estando em conformidade com as políticas de segurança da informação da instituição.

Suporte técnico e garantia:

As unidades selecionadas contam com garantia do fabricante e suporte técnico adequado, assegurando maior disponibilidade do ambiente de servidores e redução do tempo de indisponibilidade em caso de falhas.

9.3. Aspectos Operacionais

Facilidade de implementação e integração ao ambiente atual:

A instalação das unidades de armazenamento possui caráter simplificado, sendo compatível com a arquitetura dos servidores existentes, especialmente em ambientes que suportam substituição e inserção de discos em regime hot-swap, minimizando a necessidade de interrupções nos serviços.

Curva de aprendizado para a equipe técnica:

A equipe de TI já possui familiaridade com a gestão de armazenamento em ambiente SAS e configuração de arranjos RAID, reduzindo a necessidade de capacitação adicional e otimizando o tempo de implantação.

Impacto na produtividade:

A ampliação da capacidade e do desempenho do armazenamento, especialmente com a utilização de SSDs, proporciona maior rapidez no acesso aos dados, melhor desempenho em aplicações críticas e redução de gargalos, resultando em maior eficiência operacional.

Tempo estimado de implantação:

Considerando a natureza modular da solução, a implantação pode ser realizada em curto prazo, conforme cronograma da seção, com impacto mínimo na continuidade dos serviços.

9.4. Aspectos Financeiros

Preço de aquisição:

A solução foi definida com base na melhor relação custo-benefício, considerando o equilíbrio entre desempenho, capacidade, confiabilidade e os preços praticados no mercado. A combinação de HDDs e SSDs permite otimização do investimento.

Custo de manutenção e suporte:

Os dispositivos apresentam elevada durabilidade e contam com garantia, resultando em baixo custo de manutenção. Além disso, SSDs tendem a apresentar menor incidência de falhas mecânicas, contribuindo para a redução de custos operacionais ao longo do tempo.

9.5. Aspectos Estratégicos

Sustentação tecnológica no médio e longo prazo:

A ampliação da capacidade de armazenamento assegura que a infraestrutura de servidores permaneça apta a atender às demandas institucionais pelos próximos anos, postergando a necessidade de substituição integral dos equipamentos.

Conformidade com diretrizes de transformação digital:

A melhoria do desempenho e da capacidade de armazenamento viabiliza avanços na digitalização de processos, no uso de sistemas corporativos e na adoção de soluções tecnológicas mais eficientes, alinhando-se às diretrizes de modernização da instituição.

Potencial para absorver novas demandas:

A solução adotada permite suportar o crescimento do volume de dados e a implementação de novas aplicações, incluindo ambientes virtualizados e sistemas de maior complexidade.

Capacidade de garantir continuidade dos serviços:

Ao reduzir gargalos de desempenho e mitigar riscos de indisponibilidade, a solução contribui diretamente para a continuidade dos serviços institucionais e para a estabilidade do ambiente tecnológico, mesmo diante do aumento da carga de trabalho.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Durante o processo de levantamento e análise de soluções tecnológicas voltadas à melhoria do desempenho e da capacidade de armazenamento da infraestrutura de servidores da seção, diversas alternativas foram avaliadas. Contudo, algumas soluções foram consideradas inviáveis por não atenderem de forma adequada aos critérios técnicos, operacionais ou de custo-benefício estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

10.2. Substituição Integral dos Servidores:

A substituição completa dos servidores atualmente em operação foi considerada como alternativa para ampliação de desempenho e capacidade. Entretanto, tal solução mostrou-se inviável no momento, em razão do elevado custo de aquisição, do significativo impacto orçamentário e da existência de equipamentos ainda operacionais e compatíveis com expansão. Concluiu-se que a **ampliação do armazenamento por meio da adição de HDDs e SSDs SAS** atende de forma mais eficiente às necessidades identificadas, com menor custo e maior aproveitamento da infraestrutura existente.

10.3. Utilização de Soluções de Armazenamento em Nuvem:

Também foi avaliada a adoção de soluções baseadas em armazenamento remoto ou computação em nuvem para

suprir a demanda por capacidade e desempenho. No entanto, essa alternativa foi considerada inviável devido a fatores como custos recorrentes, dependência de conectividade contínua e de alta disponibilidade, além de possíveis restrições relacionadas à segurança da informação, confidencialidade e soberania dos dados institucionais.

10.4. Utilização Exclusiva de HDDs de Alta Capacidade:

Foi considerada a utilização exclusiva de discos rígidos (HDDs) de maior capacidade como solução única de armazenamento. Contudo, tal alternativa mostrou-se inadequada por não atender satisfatoriamente às demandas de desempenho, especialmente em aplicações críticas, bancos de dados e ambientes virtualizados, onde a baixa latência e o alto número de operações de entrada e saída (IOPS) são essenciais. Assim, optou-se pela combinação de HDDs e SSDs, visando equilibrar capacidade e desempenho.

10.5. Utilização de Dispositivos Não Compatíveis ou de Padrões Inferiores:

Foram analisadas alternativas de armazenamento que não apresentaram compatibilidade plena com a infraestrutura existente, tais como dispositivos com interfaces distintas (ex.: SATA em ambientes predominantemente SAS) ou formatos incompatíveis com os servidores. Tais soluções foram descartadas por exigirem adaptações significativas, apresentarem menor confiabilidade em ambiente corporativo ou não atenderem aos requisitos de desempenho e disponibilidade, comprometendo a estabilidade do ambiente.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

ITEM	PREÇO UNITÁRIO - 2026 (R\$)	2026 – TOTAL ESTIMADO	[ANO +1]	[ANO +2]
1	R\$ 8.606,50	R\$ 206.556,00	N/A	N/A
2	R\$ 3.332,50	R\$ 26.660,00	N/A	N/A

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de **unidades de armazenamento padrão SAS 2,5"**, contemplando **discos rígidos (HDD) de 1,2 TB e unidades de estado sólido (SSD) de 3,84 TB**, destinadas aos servidores utilizados pela Seção de Tecnologia da Informação, com a finalidade de ampliar a capacidade de armazenamento, modernizar pontualmente a infraestrutura existente e garantir a continuidade operacional dos sistemas e serviços institucionais.

12.2. A solução proposta visa atender às demandas crescentes de armazenamento e processamento de dados, proporcionando melhor desempenho, maior disponibilidade e maior eficiência na execução das atividades institucionais. A combinação de **HDDs**, voltados ao armazenamento com melhor custo por capacidade, e **SSDs**, destinados a aplicações críticas de alto desempenho, contribui para a otimização da infraestrutura de servidores, ampliando sua vida útil, assegurando escalabilidade, confiabilidade e aderência às boas práticas de gestão de ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 233.216,00

13.1. Custo estimado total da contratação é de R\$ 233.216,00 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e dezesseis reais).

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. A escolha da solução de tecnologia da informação proposta — consistente na aquisição de **unidades de armazenamento padrão SAS 2,5" (HDD de 1,2 TB e SSD de 3,84 TB)** para os servidores da instituição — fundamenta-se em critérios técnicos que visam garantir maior eficiência, continuidade operacional, desempenho e escalabilidade da infraestrutura de armazenamento existente.

14.2. Desempenho e Estabilidade Operacional:

A ampliação da capacidade e do desempenho do armazenamento, especialmente com a utilização de **SSDs**, é reconhecida como uma das formas mais eficazes de melhorar o desempenho dos sistemas, sobretudo em ambientes que demandam alto volume de operações de leitura e escrita, como bancos de dados, virtualização e aplicações críticas. A combinação com **HDDs** permite otimizar a capacidade de armazenamento, reduzindo gargalos de I/O, melhorando o tempo de resposta dos sistemas e proporcionando maior estabilidade durante a operação contínua dos servidores.

14.3. Compatibilidade e Aproveitamento da Infraestrutura Existente:

A solução adotada privilegia a compatibilidade com os servidores e controladoras atualmente em uso, permitindo a expansão da capacidade de armazenamento sem a necessidade de substituição integral da infraestrutura. Tal abordagem possibilita o reaproveitamento dos ativos existentes, promovendo economicidade e racionalização dos recursos públicos.

14.4. Segurança da Informação:

A ampliação e modernização do armazenamento contribuem diretamente para a segurança da informação, ao reduzir riscos de falhas, indisponibilidade e perda de dados. A utilização de dispositivos **SAS**, aliados a arranjos redundantes (RAID), fortalece a integridade, disponibilidade e confiabilidade das informações armazenadas, em conformidade com as políticas institucionais de segurança da informação.

14.5. Escalabilidade e Sustentação Tecnológica:

A escolha de unidades de armazenamento compatíveis com padrões atuais assegura flexibilidade para futuras expansões, permitindo a adição de novos discos ou a substituição por dispositivos de maior capacidade e desempenho, conforme a evolução das demandas institucionais, sem necessidade de investimentos elevados em curto prazo.

14.6. Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental:

A ampliação do armazenamento apresenta impacto ambiental reduzido quando comparada à substituição completa dos servidores, contribuindo para a diminuição do descarte de equipamentos de TI. Ademais, a utilização de **SSDs**, que possuem menor consumo energético e maior durabilidade, aliada ao uso estratégico de **HDDs**, promove maior eficiência energética e melhor aproveitamento dos recursos, alinhando-se às práticas de sustentabilidade da instituição.

14.7. Considerações Finais:

A presente escolha técnica visa assegurar a continuidade dos serviços prestados, aumentar a eficiência operacional, garantir a confiabilidade e a disponibilidade da infraestrutura de servidores e alinhar-se às boas práticas de gestão pública de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em conformidade com as diretrizes do SISP e com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto aos princípios da economicidade, eficiência e eficácia nas contratações de TIC.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A escolha pela ampliação da capacidade e do desempenho de armazenamento dos servidores apresenta vantagens econômicas relevantes no médio e longo prazo. A adoção de **HDDs de 1,2 TB e SSDs de 3,84 TB** melhora significativamente o desempenho e a capacidade da infraestrutura existente, prolongando a vida útil dos servidores e reduzindo a necessidade de substituições integrais. A robustez técnica dos dispositivos, aliada à garantia

do fabricante e à baixa incidência de falhas, especialmente no caso dos SSDs, contribui para a redução do custo total de propriedade (TCO) e para a continuidade operacional com menor impacto orçamentário.

15.2. A modernização pontual da infraestrutura de TI por meio da ampliação do armazenamento também gera benefícios econômicos indiretos, ao aumentar a eficiência operacional dos sistemas e serviços institucionais. O melhor desempenho no acesso e processamento de dados, especialmente em aplicações críticas, bancos de dados e ambientes virtualizados, reduz o tempo de resposta das operações e otimiza o uso dos recursos tecnológicos disponíveis.

15.3. Em síntese, a solução proposta representa alternativa economicamente vantajosa, sustentável e estratégica para a instituição. A combinação de **HDDs**, com melhor custo por capacidade, e **SSDs**, com alto desempenho, permite equilibrar investimento e eficiência, reduzindo custos operacionais associados a limitações de desempenho, melhorando a confiabilidade do ambiente e contribuindo para a continuidade das atividades institucionais. Essa abordagem promove o uso racional dos recursos públicos, evita investimentos mais elevados em substituição de servidores e reforça a estabilidade tecnológica no médio e longo prazo.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Melhoria do Desempenho dos Sistemas e Serviços

Com a ampliação da capacidade e do desempenho do armazenamento dos servidores, será possível elevar significativamente a performance dos sistemas institucionais, permitindo maior eficiência na execução de aplicações corporativas, bancos de dados, ambientes virtualizados e rotinas administrativas e correccionais. A utilização de **SSDs** para cargas críticas, aliada ao uso de **HDDs** para armazenamento complementar, contribui para maior estabilidade operacional, redução de gargalos de I/O e melhor aproveitamento da infraestrutura existente.

16.2. Alinhamento com Boas Práticas de TIC

A solução proposta está em conformidade com as recomendações de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação na Administração Pública, alinhando-se aos princípios de eficiência, economicidade, disponibilidade e confiabilidade da infraestrutura tecnológica. A adoção de armazenamento corporativo em padrão **SAS**, com suporte a operação contínua e alta disponibilidade, atende às diretrizes do SISP e às orientações dos órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU).

16.3. Valorização da Força de Trabalho e Eficiência Operacional

Ao proporcionar maior desempenho, disponibilidade e confiabilidade dos sistemas utilizados pelos servidores, a solução contribui para a melhoria das condições de trabalho, reduz o tempo improdutivo decorrente de lentidão no acesso a dados ou indisponibilidade de serviços e favorece a execução das atividades com maior eficiência e segurança, fortalecendo o desempenho institucional.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Objeto da Contratação

Aquisição de **unidades de armazenamento padrão SAS 2,5"**, contemplando **discos rígidos (HDD) de 1,2 TB e unidades de estado sólido (SSD) de 3,84 TB**, destinadas aos servidores utilizados nas atividades da Seção de Inovação e Tecnologia da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, visando à ampliação da capacidade de armazenamento, melhoria de desempenho e modernização pontual da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

17.2. Identificação das Necessidades

O responsável pelo Setor de Telemática deverá realizar levantamento detalhado das necessidades atuais da Corregedoria, considerando:

17.2.1. Expansão da capacidade de armazenamento dos servidores em uso, por meio da aquisição de unidades compatíveis com a infraestrutura existente, observando requisitos de capacidade, desempenho, interface (ex.: SAS 12 Gb/s), formato 2,5" e plena compatibilidade com controladoras e arranjos de armazenamento já implantados.

17.3. Análise de Propostas

Após a consolidação das necessidades, o Setor de Suprimentos deverá realizar pesquisa de mercado e levantamento de propostas de fornecedores que atendam às especificações técnicas mínimas estabelecidas para o objeto, observando:

17.3.1. Unidades de armazenamento corporativo padrão SAS 2,5", incluindo:

- **HDDs de 1,2 TB**, com rotação mínima compatível com ambiente corporativo (ex.: 10K RPM);
- **SSDs de 3,84 TB**, com alto desempenho (baixa latência e elevado IOPS);
- Interface SAS compatível com a infraestrutura existente (ex.: 12 Gb/s);
- Suporte a operação contínua (24x7) e, quando aplicável, instalação em regime hot-swap;
- Garantia mínima conforme práticas de mercado.

17.3.2. As propostas deverão ser analisadas quanto à aderência às especificações técnicas, condições de garantia, suporte técnico, prazos de entrega, confiabilidade do fornecedor e compatibilidade com o ambiente de servidores existente.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A presente iniciativa de expansão da capacidade de armazenamento dos servidores da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente exequível e economicamente viável, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Sob o aspecto técnico, a ampliação do armazenamento por meio da adoção de **HDDs de 1,2 TB e SSDs de 3,84 TB em padrão SAS 2,5"** constitui solução amplamente reconhecida para mitigação de gargalos de desempenho em ambientes que demandam alto volume de operações de leitura e escrita, como ocorre nas rotinas administrativas e correccionais, bancos de dados e demais sistemas institucionais. A solução proposta é plenamente compatível com a infraestrutura existente, não requer alterações estruturais nos servidores e possibilita implementação rápida e segura, com impacto mínimo nas atividades operacionais.

Do ponto de vista operacional, a medida permitirá melhor aproveitamento dos servidores atualmente em uso, especialmente aqueles ainda aptos ao funcionamento, porém limitados por restrições de capacidade e desempenho de armazenamento. A ampliação proporcionará maior disponibilidade dos sistemas, redução de gargalos de I/O e melhoria na fluidez das atividades, favorecendo a eficiência operacional e a confiabilidade dos serviços prestados pela Corregedoria.

Sob o enfoque econômico, a solução apresenta excelente relação custo-benefício quando comparada à substituição integral da infraestrutura de servidores. A adoção combinada de **HDDs**, voltados ao armazenamento com melhor custo por capacidade, e **SSDs**, destinados a aplicações críticas de alto desempenho, representa investimento controlado, com impacto orçamentário reduzido e retorno direto na melhoria do desempenho operacional e na extensão da vida útil dos equipamentos. Tal abordagem contribui para a racionalização dos recursos públicos e para a redução de custos futuros com aquisições de maior porte.

No campo estratégico, o projeto está alinhado às boas práticas de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação na Administração Pública, às diretrizes do SISP e às orientações do Tribunal de Contas da União quanto à adoção de soluções sustentáveis, escaláveis e compatíveis com as necessidades institucionais de médio e longo prazo.

Dessa forma, conclui-se que a expansão da capacidade de armazenamento dos servidores da Corregedoria da Polícia Militar é medida viável, necessária e vantajosa, apta a garantir melhoria de desempenho, continuidade operacional, otimização de recursos públicos e fortalecimento da infraestrutura tecnológica institucional.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO RANGEL SILVA



Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 15:26:19.

MINUTA DO EMPENHO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE000XX

UG	180184 - CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR		
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		
Data de Emissão	XX/XX/2026		

CNPJ/CPF/UG	XXX.XXX.XXX-XX		
Credor	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXI		
Endereço	RUA XXXXXXXXXXXX, XX		
Cidade	SÃO PAULO	UF	SP
		CEP	01106-010

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400098	18004		150010001	33903013	180013	000.000.0100	180402

No Processo	xxxxxxxxxx	Acordo	
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	
Licitação	07 - PREGÃO	Modalidade	5 - GLOBAL
Empenho Orig.		Nº Contrato	Nº OC

Valor do Empenho R\$	XX.XXX,XX
----------------------	-----------

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>05</td><td>XX.XXX,XX</td></tr></table>	Mês	Valor	05	XX.XXX,XX
Mês	Valor				
05	XX.XXX,XX				

Item: 001	Unidade de Medida		Quantidade	0001	Preço Unitário		Preço Total	
Total ou Valor a Transportar R\$		XX.XXX,XX						
Local de Entrega		RUA: ALFREDO MAIA, 58 - LUZ - SÃO PAULO/SP						
Data de Entrega		XX/XX/2026						

XXXXXXXXXXXXX
Ch Seq Desp Orç e Cust

Alex dos Reis Asaka
Ordenador da Despesa

Responsável pela emissão	
--------------------------	--

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



ANEXO IV
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 184/0017/26
PROCESSO SEI Nº 057.00265968/2026-53
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260426090.

EMPRESA:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
CNPJ:
E-mail

AQUISIÇÃO DE UNIDADE DE ARMAZENAMENTO (HDs) PARA SERVIDORES, nos termos da tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Unidade de Estado Sólido SSD SAS SFF Geração: 85XX Número da Peça: Read-Intensive Melhor Uso: 3.84 TBCapacidade: SAS Interface: Interno Tipo de ncaixe: 2,5 polegadas x Dimensões do Drive: 1/3H (SFF) Taxa de Transferência de Dados 12G = 12Gb/s Externa: Sim Hot Swap: Sim Garantia Pré-Falha: Sim Hot-Swap-Incluída/Afixada Bandeja Geral	473352 5366275	unidade	18	R\$	R\$
Tipo III - Cota para Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas. Item de Participação Aberta, vinculado ao Item 01						
01.1	Unidade de Estado Sólido SSD SAS SFF Geração: 85XX Número da Peça: Read-Intensive Melhor Uso: 3.84 TBCapacidade: SAS Interface: Interno Tipo de ncaixe: 2,5 polegadas x Dimensões do Drive: 1/3H (SFF) Taxa de Transferência de Dados 12G = 12Gb/s Externa: Sim Hot Swap: Sim Garantia Pré-Falha: Sim Hot-Swap-Incluída/Afixada Bandeja Geral	473352 5366275	unidade	06	R\$	R\$
02	Tipo de dispositivo: Disco rígido - hot-swap Capacidade: 1.2TB Fator de forma: 2.5" Interface: SAS Recursos Formato avançado 512n Desempenho: Velocidade de transferência de drive 12GBps (externo) Velocidade de Rotação: 10000 rpm Expansão & Conectividade: Interfaces 1 x SAS 12 Gb/s Porta compatível: 2.5" Ou 3,5" (com adaptador de porta incluído)	473612 6295800	unidade	08	R\$	R\$
TOTAL					R\$	R\$

Validade da proposta: 60 dias

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 184/0017/26

PROCESSO SEI N° 057.00265968/2026-53

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 20260426090

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90017/2026, Processo nº 20260426090, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

- Resolução SSP_05_2026



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública